

# CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

---

## WARREN DEAN E UMA ESPERANÇA MALOGRADA.

---

ITALO A. TRONCA

da Universidade Estadual de Campinas (SP).

Warren Pean parece ter esperado demais do empresariado brasileiro. Entretanto, procurar falhas de raciocínio em *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)* (1), é uma tarefa difícil. O livro do historiador norte-americano repousa sobre sólidos dados empíricos que informam uma visão da história se não de todo convincente, pelo menos extremamente harmoniosa. Impressionado com o desenvolvimento econômico de São Paulo, que se fez, inicialmente, a partir do surto do café, o qual forneceu o mercado inicial para os fabricantes paulistas, Dean procura dar uma explicação para o prosseguimento dessa industrialização diante do fato de que o café se tornou cada vez menos importante dentro do processo de desenvolvimento. Levando em conta que o desenvolvimento econômico não é um processo automático no mundo subdesenvolvido

“... pode parar e até inverter-se”,

em que termos, então — pergunta — se explicará a sua continuação?

Tendo esse problema como tema central, Dean vai abordá-lo principalmente do ponto de vista dos próprios industriais.

“Pode-se dizer que suas decisões causaram a industrialização no sentido mais direto da palavra *causar*, aceitemos ou não a centralidade do empresário nos escritos de Joseph Schumpeter” (2).

---

(1). — Dean (Warren). — *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*, Difusão Européia do Livro, 1971, São Paulo.

(2). — *Ibidem*, pág. 20.

Nessa linha, o livro focaliza três aspectos relacionados e consequentes do papel empresarial: na primeira parte, são estudadas as origens dos empresários (o que faziam antes de se tornarem industriais, quais eram os seus grupos sociais, como ganhavam dinheiro); a segunda parte se preocupa com o relacionamento entre o crescimento da indústria, o momento histórico e a estrutura dos negócios, incluindo os anos que vão de 1914 a 1929.

Nessas partes, os industriais são discutidos em dois momentos de sua evolução como grupo social: primeiro, como burguesia que surge das antigas e novas elites existentes, depois como a nova elite que começa a impor suas próprias reivindicações à sociedade e acaba entrando em conflito com outros setores econômicos. Na terceira parte, que se concentra nesse conflito, Dean mostra como os fabricantes começaram a revelar uma concepção da sociedade — condicionada pelas suas origens e pelas condições objetivas — que se constituiu numa determinante significativa da fase seguinte da industrialização, que vai, de uma maneira geral, de 1930 a 1945.

Assim, como o próprio autor salienta, a perspectiva de seu estudo é essencialmente sociológica. Isso quer dizer que, embora os aspectos macroeconômicos da economia sejam considerados como causas do desenvolvimento industrial, presume-se que não são as únicas. O papel do empresário, como agente social do desenvolvimento, é, na concepção do autor, tão ou mais importante do que a existência de circunstâncias adequadas para a industrialização:

“Por mais adequadas que se apresentem as circunstâncias para a industrialização, a decisão de destinar recursos a esse propósito não será tomada enquanto a percepções e interesses da elite não estiverem favoravelmente empenhados. Essa condição, por seu turno, é a consequência da composição da elite e de suas relações com a sociedade que ela dirige. Visto por esse prisma, o empresário não é um herói cultural, a causa não causada, mas tão somente o representante de um novo grupo que segue, tateando, o caminho que o levará a um acordo com os outros homens de poder dentro da sociedade. Que o industrial tenha o poder de reestruturar completamente a sociedade talvez seja alguma coisa que nem ele mesmo é capaz de compreender” (3).

Um levantamento prévio e sumário das conclusões de Dean sobre o papel dos industriais que, em última instância,

---

(2). — *Ibidem*, pág. 22.

“não apresentaram ao Brasil a solução para a sua crise econômica, senão a própria crise”,

conduzirá, posteriormente, a uma compreensão mais fácil de suas premissas técnicas.

Ao examinar a fusão das chamadas elites emergentes durante os trinta anos que se seguiram à instauração da República, verifica que

“as diferenças de perspectivas entre os donos de fazendas e de fábricas e entre a aristocracia brasileira nativa e o imigrante *nouveau riche* não eram suficientemente grandes para impedir a formação de uma identidade burguesa generalizada, que a todos abarcava como empregadores, proprietários e membros da elite regional” (4).

A consequência extraída daqui é que os efeitos dessa fusão sobre a promoção da industrialização não foram, necessariamente, favoráveis.

Tanto não foram a ponto de o autor não ter conseguido encontrar, em toda a literatura polêmica produzida pelos industriais entre as guerras, uma única exortação a favor da criação de novas indústrias.

“Durante esse período, não foram os empresários, senão os engenheiros, jornalistas e burocratas que se manifestaram a favor da imediata criação das indústrias do aço, do petróleo e de produtos químicos” (5).

No final da década de 20, Dean encontra os empresários numa atitude quase tão conservadora como nos períodos anteriores: havia indícios de que eles continuavam refratários a certas transformações estruturais inerentes ao desenvolvimento industrial capitalista (oferta cada vez maior de bens de consumo, abertura do capital das empresas, formação de técnicos nacionais etc.). Diante da existência de grande número de técnicos estrangeiros trabalhando nas indústrias, o autor compara a atitude do industrial paulista com o empresário-modelo de Schumpeter:

“É verdade que decisões alternativas, como a importação de técnicos sob contrato, são viáveis para o continuado desenvolvimento da firma individual, mas, quando se estriba nelas, continua

---

(4). — *Ibidem*, pág. 88.

(5). — *Ibidem*, pág. 159.

sendo o empresário o promotor do desenvolvimento econômico tal e qual o concebia Schumpeter?” (6).

E comenta, num leve tom de crítica, o fato de os industriais se referirem a si mesmos como “as classes conservadoras” e sua indiferença pelo desenvolvimento social:

“construídas as fábricas, já não os preocupava o empreendimento, senão o apego à sua propriedade” (7).

Depois de descrever a “mentalidade agrária” e o “antidesenvolvimentismo” dos industriais nos primeiros anos do governo Vargas, Dean chega à conclusão que uma das circunstâncias que mais dificultou a adoção de uma política industrializante por parte do governo antes de 1937 foi a atitude dos industriais,

“incapazes de convencer os fazendeiros, a classe média ou a burocracia de que, zelando pelos seus interesses particulares, eles estariam zelando pelos interesses do Brasil” (8).

Na conclusão, depois de mencionar a grande afluência de capitais estrangeiros para São Paulo a partir de 1950, faz um prognóstico sobre o destino do Brasil:

“Pode ser que só um provincianismo tacanho seja capaz de condenar essa transformação (os novos padrões introduzidos pelos estrangeiros). É possível que a grande complexidade da técnica e a necessidade de vastas acumulações de capital conduzam fatalmente à absorção de toda a indústria do mundo por um sistema unificado e centralizado, de que todos auferirão maiores benefícios. Mas também é possível que o contrário seja verdadeiro, que a alienação de grande parte da capacidade industrial do Brasil venha a ser um desastre para os brasileiros, que terá de ser pago muito caro, tanto econômica quanto politicamente” (9).

Finalmente, termina responsabilizando os próprios industriais pela facilidade de penetração do capital estrangeiro, uma vez que, por uma série de razões (desprestígio da indústria nacional, política de monopólios, preferência pela inflação, exploração das massas etc.) que resume a história do industrialismo antes de 1945,

(6). — *Ibidem*, pág. 193.

(7). — *Ibidem*, pág. 193.

(8). — *Ibidem*, pág. 220.

(9). — *Ibidem*, pág. 252-253.

“os manufatores não se achavam qualificados para envolver a sua sociedade numa política consciente de industrialização” (10).

\*

*As premissas teóricas.*

Com base em seus próprios objetivos e conclusões, pode-se isolar, pelo menos, três supostos teóricos, implícitos na análise de Dean, que balizam todo o livro:

1). — em qualquer sociedade capitalista aberta, um grupo social (empresários) pode desempenhar o principal papel de transformação (desenvolvimento industrial);

2). — como decorrência, mesmo nas “áreas não desenvolvidas”, o desenvolvimento autônomo é possível, desde que a elite dirigente (empresários e outros grupos) tenha sensibilidade e capacidade para orientar seus interesses e recursos para a industrialização (tomada sempre como sinônimo de desenvolvimento);

3). — a existência, pelo menos em São Paulo, de uma sociedade com estrutura de classes capitalista (embora a fração industrial da “burguesia” — resultante da fusão dos fazendeiros com os imigrantes — apresente características diferentes das burguesias industriais “clássicas”, em virtude de suas origens).

A coerência da análise de Dean e a aceitação ou não de suas conclusões a respeito do papel do empresário no desenvolvimento de São Paulo depende, portanto, da discussão desses supostos.

Basicamente, o que dá unidade à teoria do autor para explicar a variação econômica (desenvolvimento de São Paulo) é a escolha do empresário, um tipo sociológico especial, como fonte da variação. Embora seja evidente a influência do modelo de Joseph Schumpeter e sua teoria da inovação sobre o pensamento de Dean, não se pode dizer que este realizou, simplesmente, um transplante mecânico daquela teoria concebida para explicar a inovação nas “economias desenvolvidas”, para um ambiente “subdesenvolvido”. Dean revela, em várias ocasiões ter consciência das limitações que pesam sobre a fração industrial da burguesia paulista ao estudar suas origens. Mas, afinal, sua conclusão básica, neste capítulo, não ultrapassa um nível “conjuntural” ao afirmar que a fusão de industriais com fazendeiros dificultou a industrialização.

---

(10). — *Ibidem*, pág. 253.

Isso deve ser verdadeiro, mas a explicação é incompleta na medida em que enxerga apenas a elite fazendeira e os imigrantes interagindo entre si dentro de um contexto “nacional”, isto é, de um Estado-nação politicamente autônomo, cujos liames com o exterior se estabeleceriam unicamente no nível do mercado. Neste ponto já se pode adiantar que o autor reconhece a existência de uma dependência (isso ficará mais claro na análise da premissa seguinte), mas não a incorpora em seu estudo como um conceito explicativo das limitações da burguesia industrial e, numa esfera mais ampla, da própria estrutura social de um país “subdesenvolvido”.

Entretanto, ao contrário de Schumpeter, que privilegia a personalidade do empresário como fator determinante da inovação econômica, Dean, ao examinar o papel do fazendeiro paulista como empresário, atribui seu sucesso não à maior habilidade empresarial, mas a fatores histórico-econômicos: as características da agricultura cafeeira, que favoreciam o reinvestimento dos lucros pelos fazendeiros “capitalistas”, a presença de uma estimulante economia de mercado, a ocorrência de uma anterior acumulação de capital, a existência de um mercado livre de trabalho. Fica claro, assim, a importância que o autor dá à economia de mercado, o que não o impede, porém, de acrescentar, no final de seu elenco explicativo,

“os fatores que desencorajavam a competição de outros grupos”.

fatores esses que seriam, necessariamente, de origem cultural.

Apesar de afastar o “subjetivismo” das teses que atribuem o sucesso dessas elites a uma quantidade maior de habilidades empresariais, Dean corre o risco de cair num círculo vicioso, pois atribui o sucesso do empresário a condições prévias que tanto podem ser resultado quanto causa de um comportamento econômico racional. O empresário surge, assim, como uma espécie de fonte de energia capaz de transformar a sociedade desde que ocorram circunstâncias que nada têm a ver com fatores culturais. Mas parece incorrer numa contradição quando, indiretamente, se refere ao condicionamento cultural dessa energia ao falar, por exemplo, da

“visão totalmente politizada do desenvolvimento econômico”  
(11)

---

(11). — *Ibidem*, pág. 52.

dos fazendeiros paulistas, que os levava quase sempre a escolher empreendimentos que o governo estadual lhes concedia sob a forma de monopólios ou outros fatores oficiais.

Mas, deixando de lado a discussão sobre o papel dos fatores culturais na personalidade do empresário, que não deve conduzir a soluções mais abrangentes — a dúvida permanece: por que, afinal, os industriais se unem aos fazendeiros?

Antecipando a resposta, a solução deve encontrar-se, em última instância, no nível estrutural, ou seja, os industriais, do mesmo modo que os fazendeiros, não dispunham de outra alternativa, historicamente falando, senão a da aliança mútua. Principalmente no caso brasileiro, em que o padrão estrutural de relação com o exterior, na época do início da industrialização, foi marcado pela organização do sistema exportador em setores produtores paralelos (café, açúcar, cacau, borracha etc.). Isso diluía, politicamente, o que a deve ter levado, provavelmente, além de outros fatores conjunturais, a buscar a associação com os grupos industriais urbanos. Em consequência, essa fraqueza relativa da oligarquia paulista no plano nacional, deve terse transmitido também a seu sócio menor — os empresários.

A segunda premissa, que contribui para esclarecer os supostos da primeira, traz implícita a noção de desenvolvimento industrial como a única via possível para as “áreas não desenvolvidas”. Isso implica, por sua vez, numa concepção “estrutural dualista” do não-desenvolvimento (áreas desenvolvidas em contraposição a outras subdesenvolvidas ou atrasadas). No limite, esse modelo teórico que reconhece a dependência dos “não-desenvolvidos” em relação aos “desenvolvidos” no nível do mercado internacional, não dá conta, porém, da relação, teoricamente essencial, entre *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento*. Pensa o mais desenvolvido como totalmente diferente de qualquer país subdesenvolvido em consequência dessa característica estrutural, mas é incapaz de explicar a raiz desse pretensão dualismo estrutural, que se encontra precisamente na *relação funcional* estabelecida entre o país hegemônico e o dependente.

Ao assinalar o caráter ideológico do desenvolvimento no Brasil e os efeitos da Primeira Guerra Mundial (12) no crescimento do parque industrial paulista, Dean salienta a dependência em relação ao exterior, mas parece não perceber o seu verdadeiro caráter, o que o impede de extrair dela todas as consequências — principalmente as que seriam mais importantes para o seu estudo, ou seja, os efeitos da

---

(12). — *Ibidem*, pág. 104, 114.

situação de dependência estrutural sobre o empresariado, ou, num nível mais abstrato, sobre a estrutura de classes numa sociedade capitalista dependente. (Sobre o conceito de dependência estrutural, ver a bibliografia indicada por Octavio Ianni em *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, Civilização Brasileira, 1971, e o último capítulo do seu *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*, Civilização Brasileira, 1971).

Não se quer dizer que a idéia de dependência elimine a possibilidade de desenvolvimento. Tal como afirma Fernando Henrique Cardoso,

“essa hipótese tornaria inviável a existência de um setor industrial inserido como parte do mundo dependente e sustentando uma situação de dependência. Ao contrário, existe a possibilidade de formas de “desenvolvimento dependente” (13).

Tampouco está-se pensando num tipo mecânico de dependência, na qual a imposição do centro sobre a periferia decorre simplesmente da “situação de mercado”.

Cardoso parte do suposto de que o caso do Brasil, no início da industrialização, é de “dependência nacional”, em que haverá sempre uma base interna de dominação externa, não só como resultado de uma superioridade, por assim dizer técnico-econômica das economias centrais, mas como resultado de um processo político-social de formação de alianças e legitimações que passam a criar solidariedades — em torno evidentemente de núcleos de interesses comuns — entre grupos e classes sociais situados no âmbito das sociedades dependentes e os que se situam nas nações hegemônicas.

Diante dessa perspectiva teórica, Dean, embora perceba que a dependência implica, até certo ponto, uma dinâmica própria, o que torna necessário conhecê-la particularmente, dentro de sua relativa margem de autonomia histórica, parece não se dar conta que ela está subordinada a outra, que a condiciona. Consequentemente, no nível dos grupos e classes sociais (terceira premissa), o autor deixaria escapar a noção fundamental de que o

“relacionamento entre os grupos e as classes sociais das sociedades dependentes, entre si e com os grupos e classes sociais das sociedades hegemônicas, definem os limites estruturais das

---

(13). — Cardoso (Fernando Henrique). — *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, Zahar Editores, 1971, Rio de Janeiro, pág. 66.

possibilidades históricas de mudança e de desenvolvimento econômico, político e social” (14).

Entretanto, Dean, como historiador, realiza um valioso trabalho ao explicar o curso concreto dos acontecimentos, preocupado com a dinâmica particular do surto de industrialização paulista derivada justamente dos modos de distribuição do poder que se estabelecem no tipo de dependência em que esse processo está inserido. Não obstante, acaba apelando, inconscientemente, para um modelo ideológico ao perder de vista os efeitos do condicionamento econômico do mercado internacional sobre as possibilidades gerais da “burguesia industrial” de dar à “crise brasileira” outra solução que não fosse a própria crise. Nesse sentido, e somente nesse, pode-se talvez afirmar que Dean esperou demais do empresariado, o que resultou, afinal, numa esperança malograda.

---

(14). — *Ibidem*, pág. 67.